

Multiner S.A.

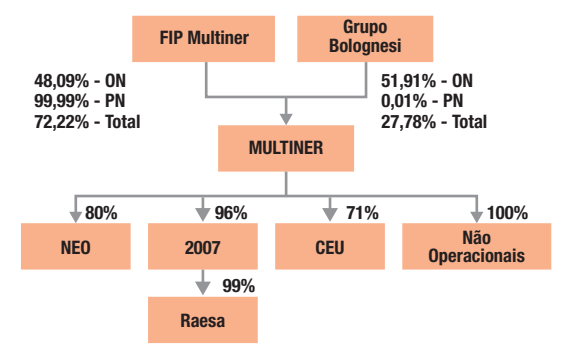
Companhia Aberta - CNPJ nº 08.935.054/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

1. Sobre o Relatório: A Multiner S.A. (a "Multiner" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as respectivas informações contábeis e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme o Comitê de Pronunciamento Técnico (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), de acordo com o requerido pela Instrução CVM nº 457 de 13 de julho de 2007. Exceção ora feita no que diz respeito às informações sobre as operações em bases consolidadas, as milhares de reais ("R\$") e incluem as controladas diretas e indiretas da Companhia e suas respectivas filiais, se por caso. Em atendimento à regulamentação aplicável e às melhores práticas de governança corporativa, a Companhia disponibiliza as informações através da área de Relações com Investidores, pelo e-mail ri@multiner.com.br, no site corporativo (www.multiner.com.br) e por relatórios trimestrais e anuais enviados para a Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") disponíveis no site www.cvm.gov.br.

2. Mensagem da Administração: A Diretoria, na constante busca de melhoria, vem aprimorando seus controles e estratégias com o intuito de garantir a confiabilidade e administrativa, melhorando as aplicações de controles internos com o uso de softwares que possibilitam maior confiabilidade nos registros e processos contábeis, fiscais e financeiros. A Companhia visa a total transparência e segurança das informações. Nesse sentido, há forte atuação na gestão de Compliance, evidenciado pelo Código de Ética, auditorias periódicas, canal de denúncia, relatórios de controles internos, normas e políticas, dentre outros. Em 2021, visando aprimorar o sistema de gestão de qualidade, foi implantado o Pedido de Deliberação da Diretoria (PDD), que tem como objetivo formalizar, dentro dos parâmetros de competência estabelecidos tanto pelo Acordo de Acionistas como pelo Estatuto Social, todas as decisões deliberadas pela Companhia, consistindo no levantamento de todas as informações históricas de contratação anteriores, cotação de mercado pela equipe de suprimentos, análise orçamentária pelo planejamento financeiro, regularidade jurídica e análise de *due diligence* pelo Compliance, sempre com o foco nas boas práticas de mercado e para assegurar o cumprimento do Estatuto Social. Desde o início da pandemia da COVID-19, foi constituído o Comitê de Gestão de Crises, formado pela Diretoria e por gestores. Tal Comitê desenvolveu planos de contingências visando a segurança e saúde e o bem-estar dos trabalhadores, em primeiro atendimento aos protocolos estabelecidos pela OMS (Organização Mundial da Saúde) e pelas autoridades brasileiras. Adicionalmente, a Companhia implementou o Plano de Retomada Consistente das atividades presenciais, com responsabilidade na segurança e atendimento às orientações e determinações dos órgãos locais competentes, para os colaboradores que se encontravam exclusivamente na modalidade de teletrabalho. Sendo possível a retomada após a vacinação de 100% dos colaboradores, a Diretoria está estruturando a Política de Home Office a ser implementada no período de 12 meses a partir de 01 de dezembro de 2021, com o intuito de garantir a segurança e a produtividade dos colaboradores. Como exemplo, as negociações exitosas dos acordos junto aos fornecedores Vibra Energia (BR) e Caterpillar, com estimativas de benefício para a Companhia de aproximadamente R\$ 70.985 mil e R\$ 9.356 mil respectivamente. Estas oportunidades de negociações têm como principal propósito reduzir a exposição ao passivo oneroso da Companhia. No que diz respeito à operação Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA") foi mantido o ótimo desempenho operacional durante o ano, chegando ao índice médio de atendimento do contrato de 101,5%. Mesmo com o projeto de conversão e manutenções corretivas e programadas, ao longo de 2021 sua geração líquida se manteve acima da obrigação contratual, atingindo 66,0 MW médios. A New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO") gerou 39,5 MW médios em 2021, não sendo possível atingir a obrigação contratual de 43,6 MW médios/ano. A menor geração ocorreu em função da redução não esperada da velocidade do vento no segundo semestre. Outro fator que impactou a geração, foi a indisponibilidade das turbinas devido às falhas de pás. Apesar do impacto no fluxo de caixa de 2022, a usina conseguirá arcar, de forma autônoma, com 100% de suas despesas operacionais e financeiras. A receita líquida acumulada do período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 227.569 mil, superior em 30% comparado ao mesmo período do ano anterior. O lucro bruto acumulado até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 82.683 mil, apresentando crescimento de 80% ("R\$ 36.723 mil). Um dos principais desafios da Diretoria atual é a renegociação das dívidas. Na NEO, os contratos encontram-se adimplentes e seguindo a curva de amortização vigente. Na RAESA, os contratos das dívidas com a Fundação Celos estão adimplentes, conforme curva de contrato vigente. Existem dois outros credores na RAESA, as Fundações Preço e Postalis, que se encontram adimplentes em virtude de acordos de "stand still". Estes acordos exigem as seguintes condições: (i) o pagamento mensal de uma taxa de manutenção de R\$ 1.350 mil; (ii) a renegociação em tratativas para renegociar as dívidas da RAESA, sendo que ainda não foi possível concluir o acordo entre as partes. O plano de reestruturação foi apresentado aos credores, discutido amplamente e atualmente as Fundações estão analisando as propostas enviadas.

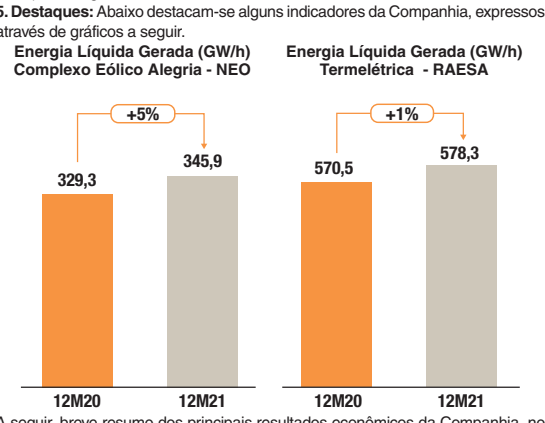
3. Governança Corporativa: Estrutura de Governança: A Administração da Companhia é exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. O Conselho de Administração é composto por cinco membros, com mandatos de um ano e a Diretoria, por até cinco membros, com mandatos de dois anos, sendo atualmente 2 diretores em exercício. Adicionalmente, a Companhia mantém um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros, com mandatos de um ano. Há outros comitês, como de Ética. Para conhecer as competências e os currículos dos Conselheiros e Diretores Executivos da Companhia, consulte o site www.multiner.com.br, na seção Relações com Investidores. **Conselho de Administração:** O Conselho de Administração da Companhia, conforme previsto no seu Estatuto Social, reúne-se ordinariamente a cada três meses, em dia útil, e extraordinariamente quando necessário, por convocação do Presidente ou Vice-Presidente ou por, no mínimo, dois de seus Conselheiros. Em dezembro de 2021 foi aprovado um calendário de reuniões do Conselho de Administração para o ano de 2021 com sugestão de uma agenda temática, a qual foi seguida pelos Conselheiros, com algumas inclusões necessárias. No ano de 2021 foram realizadas 11 reuniões para deliberações. No ano de 2021, o quadro de Conselheiros encontra-se composto pelos seguintes membros: (a) Sr. Edésio Alves Nunes Filho, reeleito membro titular na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária instalada e suspenda em 03 de maio de 2021, reeleita e suspensa em 06 de maio de 2021 ("AGOE 2021"); (b) Sr. Paulo Eduardo Bonzanni, eleito na AGOE 2021. O conselheiro Luiz Felipe Dutra de Sousa, eleito também na AGOE 2021, foi destituído na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 15 de outubro de 2021, e portanto, há um cargo do Conselho Fiscal em vacância. Este Conselho tem como competência fiscalizar os atos da Administração da Companhia e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários. **Estrutura Acionária:** A estrutura acionária da Companhia, de forma consolidada, é formada por (i) 72,22% de ações detidas pelo Multiner Fundo de Investimento em Participações, maior beneficiário, gerido pelo Conselho de Management e administrado pela Planner Controladora de Valores S.A., constituído sob a forma de condomínio fechado por entidades fechadas de previdência complementar (o "FIP Multiner"); (ii) 9,38% de ações detidas pela Brasilterm Energia S.A. e (iii) 18,40% de ações detidas pela Bolognesi Energia S.A. (em conjunto com a Brasilterm Energia S.A., o "Grupo Bolognesi"). Estas são dívidas em ações ordinárias e preferenciais da seguinte forma: (i) Ações Ordinárias: 17,53% detidas pela Brasilterm Energia S.A., 34,38% detida pelo Bolognesi Energia S.A., 48,09% detida pelo FIP Multiner; e (ii) Ações Preferenciais: 99,99% detidas pelo FIP Multiner e 0,01% detidas pela Bolognesi Energia S.A.



Compliance: Ao longo do ano de 2021, aprofundamos as avaliações de nossos controles internos através de auditorias internas realizadas de acordo com um plano de trabalho aprovado pela Diretoria Estatutária abrangendo processos previamente mapeados. Concluímos a revisão do Código de Ética, apresentando-o em novas versões, tanto em vídeo quanto em formato físico. Estruturamos a implantação de um Sistema de Gestão Integrada (SGI) baseado nas normas ISO 9001 (Sistema de Gestão da Qualidade), ISO 14001 (Sistema de Gestão do Meio Ambiente) e ISO 31000 (Sistema de Gestão de Riscos). A implantação desse sistema, realizado com o apoio de consultoria especializada, tem como resultado a produção de Políticas, Procedimentos e Instruções de Trabalho que estão sob avaliação da Diretoria Estatutária. A Multiner é membro do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e o programa de Compliance da Companhia está alinhado nas melhores práticas de mercado observando os requisitos da ISO 19.600 (Sistema de Gestão de Compliance), ISO 37.001 (Sistema de Gestão Antissuborno) e a Lei 12.848/2013 (Lei Anticorrupção). A estrutura do Programa de Compliance da Companhia é composta das seguintes linhas estratégicas: Avaliação de Riscos, Estruturação de Papéis e Responsabilidades, Código de Ética, Elaboração de Políticas e Procedimentos, Gestão de Controles Internos e Gestão de Canal de Denúncias. Em 2021 implementamos uma plataforma tecnológica de avaliação de *due diligence* de fornecedores no momento do *onboarding* na Companhia. Essa avaliação é boa prática de mercado e evidencia o comprometimento da Companhia em contratar fornecedores previamente avaliados e aprovados em questões de integridade e conformidade.

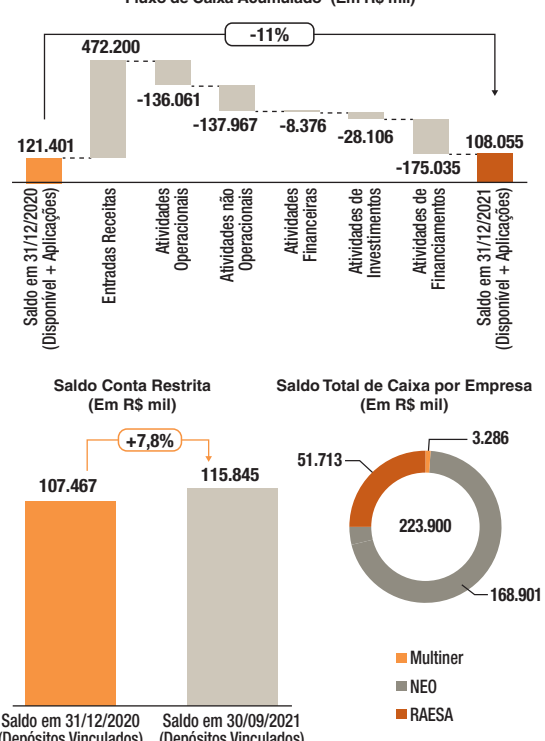
Usina	UEE Alegria I		UEE Alegria II		UTE Cristiano Rocha	
	Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Instalada (MW)
Capacidade Instalada (MW)	51,15	100,65	91,75	-	-	-
Matriz de Geração	Eólica	Eólica	Termelétrica	-	-	-
Localização	Guamaré/RS	Guamaré/RS	Manaus/AM	-	-	-
Participação Multiner	80%	80%	99,99%	-	-	-
Fabricante	Vestas	Veeds	Wärtsilä	-	-	-
Contratado	Eletrôbrás	Eletrôbrás	Amazonas GT	-	-	-
Início de Operação	2010	2011	2006	-	-	-
Prazo de Concessão	20 anos	20 anos	20 anos	-	-	-

O PIE (Produtor Independente de Energia) Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA") proprietário da UTE Cristiano Rocha localizada na cidade de Manaus/AM possui capacidade total instalada de 91,75 MW. A RAESA possui contrato de exclusividade no fornecimento de energia para as Centrais Elétricas do Norte S/A - Eletronorte, com vigência até maio de 2025. A usina possui 05 motores Wärtsilä W18V50SG novos, com capacidade unitária de 18,35 MW. A partir de setembro de 2021, com a conclusão do processo de conversão dos motores para operação somente utilizando o combustível gás natural, a usina deixa de utilizar óleo combustível pesado como combustível secundário. A Eólica New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO") possui dois parques eólicos Alegria I e II, tem capacidade total instalada de 151,80 MW e está localizada na cidade de Guamaré/RN. Está em operação comercial desde dezembro de 2010 (Alegria I) e dezembro de 2011 (Alegria II). O complexo Alegria está inserido no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("PROINFA") e possui contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements - PPAs*), com vigência até 2030 com a Eletrôbrás.

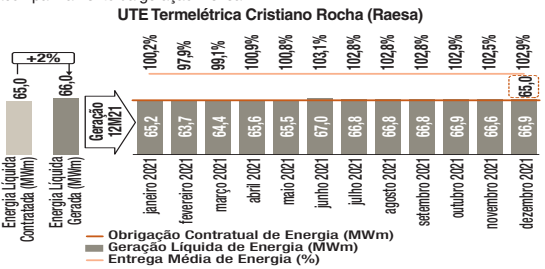


Em R\$ mil	12M21	12M20	Var.
Receita líquida	227.569	174.619	30%
Lucro bruto	82.683	45.960	80%
EBITDA	91.783	81.057	13%
Margem EBITDA	40%	46%	-12,0 p.p.
Prejuízo líquido do período	(30.880)	(105.249)	-71%

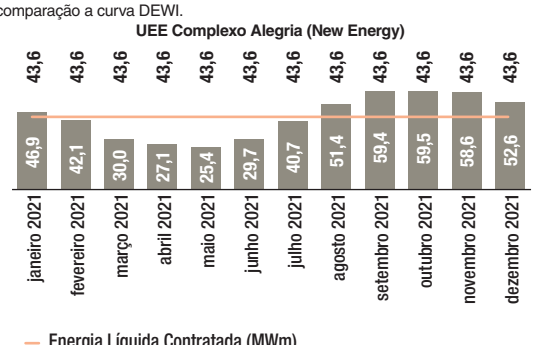
Abaixo detalhamento do fluxo de caixa da Companhia, aberto por fluxo de atividade e acompanhamento de saldo.



6. Desempenho Operacional: RAESA: No período acumulado de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 a geração média foi de 66,0 MW médios, sendo entregue 101,5% da obrigação contratual. Referendo o ótimo desempenho operacional, no qual mesmo com a paralização de quatro unidades geradoras no decorrer do ano de 2021 para a realização da conversão dos motores para operar 100% a gás natural, foi possível cumprir com a totalidade do contrato. A conversão do quinto e último motor a sofrer o processo de conversão foi concluído em setembro de 2021. Em outubro de 2021 ocorreu a desmobilização das equipes e equipamentos utilizados no projeto de conversão. Atualmente a usina possui 05 motores Wärtsilä W18V50SG novos, pois a contagem de horas em operação iniciou novamente do zero, assim como os motores novos que são entregues diretamente da fábrica. Houve uma melhora significativa na performance dos motores, os quais estão entregando a nova potência instalada de 18,35 MW cada um (antes a potência instalada era de 17,08 MW). Desta forma a potência total instalada da usina passou de 85,38MW para 91,75MW. O referido desempenho reflete a adequada gestão e performance da equipe operacional, assegurando de forma eficaz os controles das manutenções em meio à crise sanitária em função da COVID-19. Cabe destacar para o ano de 2021, no qual a UTE Cristiano Rocha entregou a maior geração anual da sua história, alcançando a marca de 578,14GW/h, superando desta forma o ano de 2019. No gráfico abaixo é apresentado a entrega média de energia, e o acompanhamento da geração mensal.

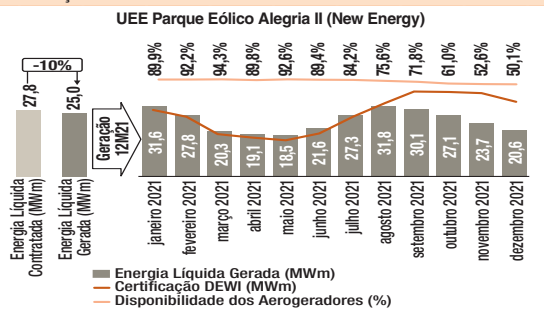
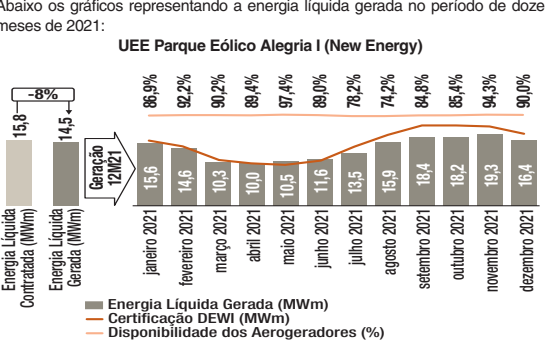


7. Desempenho Operacional: NEO: No período acumulado de janeiro a dezembro de 2021 a geração operacional do complexo Alegria foi de 39,5 MW médios, superior em 5,5% quando comparado ao mesmo período de 2020 quando apresentou 37,4 MW médios. Sendo o parque Alegria I responsável pela geração de 14,5 MW médios e o parque Alegria II responsável por 25,0 MW médios. Sendo superior ao mesmo período do ano anterior em 9,9% e 3,1% respectivamente. A geração do complexo Alegria foi inferior em 9,5%, ou 4,1 MW médio comparado à curva DEWI (Instituto Alemão de Energia Eólica), a qual representa a geração esperada para o parque eólico Alegria, considerando o projeto, modelo de turbinas e dados históricos dos ventos por período. Abaixo pode-se observar o gráfico onde demonstra o valor médio contratado em comparação a curva DEWI.



A piora na geração deve-se pela elevada indisponibilidade provocada por falhas nas pás que causaram a interrupção das turbinas, além da menor velocidade média dos ventos que no quarto trimestre de 2021 alcançou 7,79 m/s, sendo inferior ao mesmo trimestre do ano anterior de 7,90 m/s.

Velocidade dos Ventos (Alegria I) Velocidade dos Ventos (Alegria II)



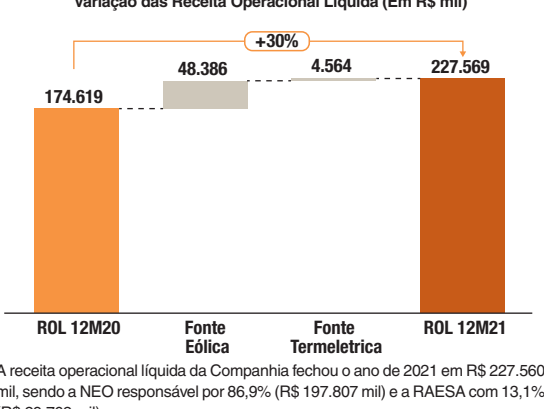
8. Desempenho Financeiro: Receita Operacional:

Em R\$ mil	12M21	12M20	Var.
Receita fixa	239.674	196.644	22%
Receita variável	19.601	5.582	251%
Receita bruta	259.275	202.226	28%
Impostos e encargos*	(30.029)	(24.919)	21%
Glosa de energia	(1.504)	(1.238)	21%
Amortização de Leasing financeiro	(173)	(1.450)	-88%
Deduções das receitas	(31.706)	(27.607)	15%
Total Receita Operacional Líquida	227.569	174.619	30%

* Desconto obrigado de P&D, PIS/COFINS e ICMS.

No período acumulado de doze meses a receita operacional líquida totalizou R\$ 227.569 mil, sendo 30% superior ao mesmo período do ano anterior quando apresentou R\$ 174.619 mil, a melhora é decorrente do reajuste tarifário médios dos quatro contratos junto à Eletrôbrás (+31,4%), e melhora da geração da RAESA devido à conclusão da conversão dos motores para 100% a gás natural.

Variação da Receita Operacional Líquida (Em R\$ mil)



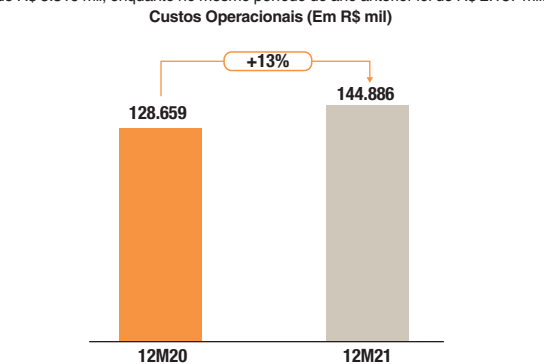
A receita operacional líquida da Companhia fechou o ano de 2021 em R\$ 227.569 mil, sendo a NEO responsável por 86,9% (R\$ 197.807 mil) e a RAESA com 13,1% (R\$ 29.762 mil).

9. Desempenho Financeiro: Custos Operacionais: Os custos operacionais no período acumulado doze meses findo em 31 de dezembro de 2021, ficaram maiores em 13%, sendo em 2021 (R\$ 144.886 mil) comparado com 2020 (R\$ 128.659 mil).

Em R\$ mil

	12M21	12M20	Var.
Custos de O&M	(55.499)	(52.416)	6%
Custos com Seguros	(4.391)	(4.091)	7%
Custos com Pessoal e Encargos	(18.079)	(14.186)	27%
Depreciação/Amortização	(47.845)	(42.257)	13%
Amortização PPA (mais valia)	(10.844)	(10.844)	0%
Demais Custos	(8.228)	(4.865)	69%
Total Custos Operacionais	(144.886)	(128.659)	13%

Os principais custos que impactaram negativamente o resultado da Companhia foram os custos com a renovação/correção monetária do contrato de O&M da NEO, este contrato foi estendido por mais 10 anos, até o final do PPA's (*Power Purchase Agreement*) de Alegria I e II. Adicionalmente os custos para reparos de pás, totalizando R\$ 4.555 mil comparado com o mesmo período de 2020. Os custos com pessoal e encargos apresentaram aumento em reflexo dos reajustes salariais, encargos e benefícios. O reajuste negociado foi de 5,45%, utilizando como base o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), superior a inflação oficial do país o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que fechou o ano de 2020 em 4,52%, contudo o impacto no resultado comparativamente entre os períodos de 2021 vs 2020 foi de R\$ 3.893 mil. Com relação à rubrica Depreciação/Amortização a variação diz respeito ao impacto das baixas contábeis relativas a substituições das pás realizadas em 2021 na NEO, gerando a baixa destes ativos refletindo no menor saldo de ativos depreciados em 2021 quando comparados com 2020. O aumento na rubrica demais custos refere-se aos custos com óleo lubrificantes devido a conversão dos motores da RAESA para 100% a gás natural (R\$ 2.183 mil), adicionalmente houve acréscimo com transportes e fretes (R\$ 181 mil) devido movimentação de equipamentos armazenados e custos adicional de armazenagem (R\$ 220 mil). A Companhia vem renegociando seus contratos buscando reduzir os impactos do aumento da inflação, principalmente o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), o qual tem sido o principal ofensor dos preços. Outro custo que houve aumento em comparação com o ano anterior foram os alugueis, apresentando elevação de R\$ 3.129 mil, onde os custos com alugueis no período acumulado de doze meses de 2021 foi de R\$ 5.316 mil, enquanto no mesmo período do ano anterior foi de R\$ 2.187 mil.



10. Desempenho Financeiro: Lucro Bruto:

Em R\$ mil	12M21	12M20	Var.
Receita Líquida	227.569	174.619	30%
Custos Operacionais	(144.886)	(128.659)	13%
Lucro Bruto	82.683	45.960	80%

14. Desempenho Financeiro: Endividamento:

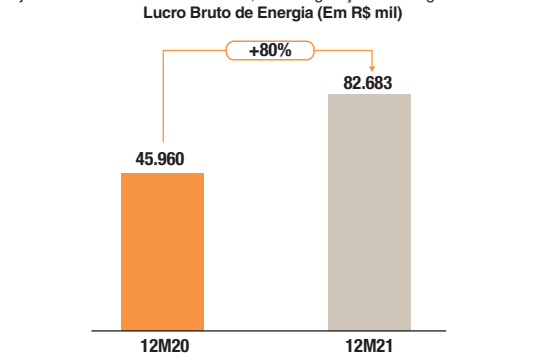
Endividamento Financeiro (Em R\$ Mil)	RAESA		NEO		Multiner		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
CCBs	814.805	724.383	239.770	204.383	-	-	1.054.575	928.767
BNB	-	-	399.631	442.119	-	-	399.631	442.119
Debêntures Bolognesi	-	-	-	-	16.170	12.531	16.170	12.531
Divida Não Conversível	814.805	724.383	639.401	646.502	16.170	12.531	1.470.376	1.383.416
CCBs Postais Conversível	89.152	89.152	288.065	288.065	-	-	377.217	377.217
Debêntures Fundiagra	89.152	89.152	288.065	288.065	14.067	14.067	14.067	14.067
Divida Conversível	178.304	178.304	576.129	576.129	14.067	14.067	391.284	391.284
Subtotal	993.957	902.686	1.215.526	1.222.631	30.237	26.598	1.864.862	1.774.700
Custo de Captação	(6.975)	(8.378)	(4.403)	(4.921)	-	-	(11.377)	(13.300)
Provisão de Encargos	410	-	14.169	-	-	-	14.579	-
Total	897.392	894.308	1.206.622	1.217.710	30.237	26.598	1.868.862	1.761.400

A Companhia tem como base do seu endividamento as CCB's emitidas pela RAESA e NEO, as Debêntures emitidas pela Multiner e o financiamento com o BNB obtido pela NEO. As dívidas da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, totalizam R\$ 1.864.862 mil líquidos do custo de captação. Atualmente todas as CCB's "não conversíveis" estão adimplentes e sendo pagas conforme curva vigente dos contratos e/ou aditivos, com exceção das dívidas de Preço e Postalis da RAESA, que estão sendo pagas mensalmente através do "stand still" assinado desde 2019. A Companhia busca o acordo junto as fundações credoras da RAESA para reestruturar o financiamento. O endividamento com características "conversíveis" (CCB's de Postalis e Debêntures Fundiagra) somam atualmente R\$ 391.284 mil, sendo CCB's de Postalis R\$ 377.217 mil e Debêntures Fundiagra R\$ 14.067 mil. Estas dívidas com características "conversíveis" estão em discussão na arbitragem entre os acionistas, instaurada em 19 de dezembro de 2017, submetida à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Ciesp/Fiesp. A partir de 20 de dezembro de 2017, o montante deixou de ser atualizado dentro das características de empréstimos e financiamentos.

15. Balanço Patrimonial Consolidado:

Ativo	Balanços Patrimoniais (Em R\$ mil)	
	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	237.838	279.177
Caixa e equivalentes de caixa	108.055	121.401
Contas a receber	66.411	57.156
Tributos a recuperar	15.530	41.911
Arrendamento financeiro	19.228	18.228
Estoques	21.004	29.245
Adiantamentos a fornecedores	427	4.815
Outros créditos	7.183	6.421
Não Circulante	1.615.019	1.614.098
Partes relacionadas	449.279	458.995
Depósitos judiciais	209	235
Tributos a recuperar	113.082	82.417
Arrendamento financeiro	85.768	104.996
Outros créditos ativo LP	2.758	3.264
Depósito vinculado - Conta reserva	115.845	107.467
Direito de uso - arrendamento mercantil	16.936	16.475
Imobilizado	738.272	736.588
Intangível	89.944	99.434
Propriedade para investimento	3.375	4.328
Total do Ativo	1.852.287	1.893.275
Passivo	311.2/2021	311/2020
Circulante	1.361.247	1.440.908
Fornecedores	32.976	227.038
Debêntures	16.170	12.531
Obrigações sociais e trabalhistas	1.906	1.958
Obrigações tributárias	6.869	7.542
Empréstimos e financiamentos	851.203	742.697
Partes relacionadas	391.284	391.284
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	1.205	1.345
Outros passivos	57.815	56.515
Não Circulante	904.141	834.018
Fornecedores	128.765	-
Obrigações tributárias	1.941	3.627
Tributos diferidos	37.599	41.286

O lucro bruto no período acumulado de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021, totalizou R\$ 82.683 mil, superior em R\$ 36.723 mil comparado ao mesmo período do ano anterior quando obteve lucro bruto de R\$ 45.960 mil. O principal efeito positivo diz respeito a melhora nas receitas operacionais devido aos reajustes tarifários da NEO e RAESA, e maior geração de energia em RAESA.



11. Desempenho Financeiro: Ebitda: O EBITDA no acumulado de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021, totalizou R\$ 91.783 mil, apresentando valor superior em 13% (R\$ 10.726 mil), quando comparado ao mesmo período de 2020 (R\$ 81.057 mil).

Em R\$ mil

	12M21	12M20	Var.
Prejuízo do período	(30.880)	(105.249)	-71%
Resultado Financeiro	56.662	132.269	-57%

continuação

Multiner S.A. - Companhia Aberta - CNPJ nº 08.935.054/0001-50

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na seção 3. 2.1 - **Ajustes para fins de correção de apresentação das cifras comparativas:** (a) Ajustamentos a receber: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados à ratificação de erros no cálculo da taxa de retorno de 7% a.a. para 5,63% a.a. sobre o contrato de arrendamento financeiro da controlada indireta, RAESA com a Amazonas Energia, em decorrência do recálculo dos custos fixos atribuídos. Adicionalmente, foi efetuada a reclassificação da receita relativa ao arrendamento financeiro, originalmente apresentada como receita operacional (Nota 25), para receita financeira (Nota 28). (b) Empréstimos e financiamentos. Em 2021, a Companhia também efetuou a ratificação de determinados saldos e valores das demonstrações financeiras relacionadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, decorrentes de erros no cálculo da apropriação de juros sobre empréstimos e financiamentos.

Quadro resumo de correções de erros

	Nota	01/01/2020	31/12/2020
Ativo			
Arrendamento financeiro a receber (a)	11.1	(7.534)	(7.302)
Empréstimos e financiamentos (b)	20		41.320
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Prejuízos acumulados		7.534	48.622
Atribuíveis aos controladores(a) (b)		7.234	40.674
Acionistas não controladores (a) (b)		300	7.948
Resultado			
Receitas de vendas (a)	25		(73.284)
Receitas financeiras (a)	28		73.515
Despesas financeiras (a)	27		41.320

a) Referente a 1 de Janeiro de 2020:

	Controladora			Consolidado		
	01/01/2020	31/12/2020	31/12/2020	01/01/2020	31/12/2020	31/12/2020
Ativo						
Circulante						
Arrendamento	-	-	-	17.487	(211)	17.276
Outros ativos circulante	-	-	-	243.229	-	243.229
Total Ativo circulante	1.110	-	1.110	260.716	(211)	260.505
Não circulante						
Arrendamento	-	-	-	130.370	(7.323)	123.047
Outros ativos não circulante	-	-	-	1.502.232	-	1.502.232
Total Ativo não circulante	479.449	-	479.449	1.632.602	(7.323)	1.625.279
Total Ativo	480.559	-	480.559	1.893.318	(7.534)	1.885.784

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
Passivo						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	859.224	-	859.224
Outros passivos circulantes	-	-	-	710.617	-	710.617
Total Passivo circulante	27.866	-	27.866	1.569.841	-	1.569.841
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	435.828	-	435.828
Provisão para perda de investimentos	675.676	7.234	682.910	9.176	-	9.176
Outros passivos não circulante	2.720	-	2.720	147.342	-	147.342
Total Passivo não circulante	678.396	7.234	685.630	592.346	-	592.346

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)						
Capital social	855.828	-	855.828	855.828	-	855.828
Reserva de capital	543.916	-	543.916	543.916	-	543.916
Prejuízos acumulados	(1.625.447)	(7.234)	(1.632.681)	(1.625.447)	(7.234)	(1.632.681)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(225.703)	(7.234)	(232.937)	(225.703)	(7.234)	(232.937)
Acionistas não controladores	-	-	-	(43.166)	(300)	(43.466)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(225.703)	(7.234)	(232.937)	(268.869)	(7.534)	(276.403)
Total do passivo e patrimônio líquido	480.559	-	480.559	1.893.318	(7.534)	1.885.784

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
Ativo						
Circulante						
Arrendamento	-	-	-	18.701	(473)	18.228
Outros ativos circulante	-	-	-	260.949	-	260.949
Total Ativo circulante	1.686	-	1.686	279.650	(473)	279.177
Não circulante						
Arrendamento	-	-	-	111.825	(6.829)	104.996
Outros ativos não circulante	-	-	-	1.509.102	-	1.509.102
Total Ativo não circulante	482.267	-	482.267	1.620.927	(6.829)	1.614.098
Total Ativo	483.953	-	483.953	1.900.577	(7.302)	1.893.275

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
Passivo						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	736.921	5.776	742.697
Outros passivos circulantes	-	-	-	698.211	-	698.211
Total Passivo circulante	29.326	-	29.326	1.435.132	5.776	1.440.908
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	620.665	35.544	656.209
Provisão para perda de investimentos	726.642	40.674	767.316	9.176	-	9.176
Outros passivos não circulante	11.524	-	11.524	168.633	-	168.633
Total Passivo não circulante	738.166	40.674	778.840	798.474	35.544	834.018

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)						
Capital social	855.828	-	855.828	855.828	-	855.828
Reserva de capital	543.916	-	543.916	543.916	-	543.916
Prejuízos acumulados	(1.683.283)	(40.674)	(1.723.957)	(1.683.283)	(40.674)	(1.723.957)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(283.539)	(40.674)	(324.213)	(283.539)	(40.674)	(324.213)
Acionistas não controladores	-	-	-	(49.490)	(7.948)	(57.438)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(283.539)	(40.674)	(324.213)	(333.029)	(48.622)	(381.651)
Total do passivo e patrimônio líquido	483.953	-	483.953	1.900.577	(7.302)	1.893.275

c) Referente a 31 de dezembro de 2020

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
Demonstração de resultados						
Receita operacional líquida						
Custos das vendas e dos serviços prestados	-	-	-	247.903	(73.284)	174.619
Lucro bruto						
Recargas (despesas) operacionais	-	-	-	(128.659)	-	(128.659)
Gerais e administrativas	(6.262)	-	(6.262)	(31.644)	-	(31.644)
Outras receitas (despesas) operacionais	23	-	23	12.190	-	12.190
Resultado de equivalência patrimonial	(47.959)	(33.439)	(81.398)	-	-	-
Total receitas (despesas) operacionais	(54.198)	(33.439)	(87.637)	(19.454)	-	(19.454)
Resultado antes do resultado financeiro líquido	(54.198)	(33.439)	(87.637)	99.790	(73.284)	26.506
Despesas financeiras	(3.744)	-	(3.744)	(191.463)	(41.320)	(232.803)
Receitas financeiras	106	-	106	27.019	73.515	100.534
Resultado financeiro	(3.638)	-	(3.638)	(164.444)	32.195	(132.269)
Resultado antes dos impostos	(57.836)	(33.439)	(91.275)	(64.674)	(41.089)	(105.763)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	(8.170)	-	(8.170)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	3.687	-	3.687
Incentivos fiscais	-	-	-	4.997	-	4.997
Prejuízo do exercício	(57.836)	(33.439)	(91.275)	(64.160)	(41.089)	(105.249)
Prejuízo do exercício atribuído aos sócios não controladores	-	-	-	(6.324)	(7.650)	(13.974)
Prejuízo do exercício atribuído aos sócios controladores	(57.836)	(33.439)	(91.275)	(57.836)	(33.439)	(91.275)

d) Demonstração dos fluxos de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Resultado antes do IR e da CS	(57.836)	(33.439)	(91.275)	(64.674)	(41.089)	(105.763)
Ajustes por:						
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
Juros e variação monetária sobre arrendamento mercantil - arrendador	47.959	33.439	81.398	-	-	-
Juros ativos s/empréstimos e financiamentos - CCBs	-	-	-	(9.505)	(73.515)	(83.020)
Variação monetária	33	-	33	87.446	(2.393)	85.053
Demais itens de ajustes no resultado	4.220	-	4.220	33.382	-	33.382
Recabimento de arrendamento mercantil financeiro - arrendador	-	-	-	27.012	73.284	100.296
Demais variações nos ativos e passivos	(14.206)	-	(14.206)	6.785	-	6.785
Caixa líquido das atividades operacionais	(19.830)	(598)	(19.830)	158.511	-	158.511
Aumento de capital em investidas	-	(598)	(598)	-	-	-
Outras atividades de investimentos	(357)	-	(357)	(78.873)	-	(78.873)
Caixa líquido das atividades de investimento	(357)	(598)	(955)	(78.873)	-	(78.873)
Aumento de capital em investidas	(598)	598	-	-	-	-
Outras atividades de financiamentos	21.298	-	21.298	(60.439)	-	(60.439)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	20.700	598	21.298	(60.439)	-	(60.439)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	513	-	513	19.199	-	19.199
Saldo no início do exercício	842	-	842	102.202	-	102.202
Saldo no final do exercício	1.355	-	1.355	121.401	-	121.401
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	513	-	513	19.199	-	19.199

e) Referente a 31 de dezembro de 2020

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
Recargas						
Venda de energia	19	-	19	321.355	(123.756)	197.599
Outras receitas	24	-	24	14.339	-	14.339
Provisão para perda de investimentos	(5)	-	(5)	(12.878)	-	(12.878)
Insumos adquiridos de terceiros	(3.717)	-	(3.717)	(71.629)	-	(71.629)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
Valor adicionado bruto	(3.698)	-	(3.698)	251.187	(123.756)	127.431
Retenções	(121)	-	(121)	(56.456)	-	(56.456)
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade	(3.819)	-	(3.819)	194.731	(123.756)	70.975
Valor adicionado líquido produzido pelo Grupo	(47.853)	(33.439)	(81.292)	27.019	73.515	100.534
Resultado de equivalência patrimonial	(47.959)	(33.439)	(81.398)	-	-	-
Receitas financeiras	106	-	106	27.019	73.515	100.534
Valor adicionado a distribuir	(51.672)	(33.439)	(85.111)	221.750	(50.241)	171.509
Pessoal	2.055	-	2.055	15.847	-	15.847
Tributos	372	-	372	73.274	(50.472)	22.802
Remuneração de capitais de terceiros	3.737	-	3.737	196.989	41.320	238.309
Aluguéis	(7)	-	(7)	5.506	-	5.506

continuação

arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	1.100	1	18.621	1.915
Aplicações financeiras (i)	854	1.354	89.434	119.486
Total	1.954	1.355	108.055	121.401

(i) As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs") e Fundos de Investimento de Renda Fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), sendo resgatáveis a qualquer momento sem perda de rendimento com o próprio emissor. Essas aplicações são remuneradas a taxas de 90% a 119% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

7. Contas a receber:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Amazonas Energia (i)	40.075	32.440
(-) Glosa de receita - indisponibilidade de motor	-	(1.450)
Conta de Consumo de Combustível - CCC (ii)	28.825	18.531
Centrais Elétricas Brasileiras (iii)	24.280	18.433
Outras contas a receber	5.533	4.990
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (iii) e (iv)	(32.123)	(15.788)
Total	66.411	57.156

(i) Recebível da controlada indireta RAESA refere-se ao faturamento de dezembro de 2021 a ser liquidado em fevereiro de 2022. (ii) Refere-se aos ressarcimentos da Conta Consumo de Combustível Isolado (CCC - Isol), controlada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que efetua o pagamento do combustível utilizado pela RAESA, com o objetivo de possibilitar a cobertura de percentuais preestabelecidos do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas. Os créditos supracitados estão registrados pelo valor histórico e não incluem encargos pelo atraso dos repasses. Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$28.825 está totalmente provisionado para liquidação duvidosa. A Companhia possui causa ativa ajuizada para tais créditos, o processo foi julgado procedente e continua com os autos aguardando conclusão. Adicionalmente, em 2021 a Companhia recebeu da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, na posição de gestora da CCC, carta com a informação de necessidade de reprocessamento e consequente devolução de R\$ 19.474, reembolsada a maior para o beneficiário RAESA, os quais haviam sido deduzidos do saldo recebível. (iii) Recebíveis da controlada direta NEO referem-se ao faturamento de novembro e dezembro de 2021, a serem liquidados em janeiro e fevereiro de 2022, respectivamente. (iv) O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa está concentrado no CCC - Isol, R\$28.825 conforme item (ii) e R\$2.878, da controlada NEO, refere-se ao saldo resultante a receber da Energia Elétrica, controladora de Energia, relativa a operação da venda do crédito de energia conforme contrato Prota em março de 2017, apresentados em outras contas a receber nesta nota. 7.1. **Movimentação do PCLD:** A movimentação da conta durante o exercício foi como segue:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1 de janeiro de 2021	15.788	2.916
Adições	16.768	12.872
Baixas	(433)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	32.123	15.788

8. Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais	8	10	62	3.658
Fornecedores internacionais	-	-	316	1.145
Outros fornecedores	8	10	47	4.815
Total	16	20	415	9.618

9. Tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ (i)	456	601	77.558	74.672
CSLL (ii)	289	341	19.267	19.397
COFINS (iii)	54	34	26.023	23.585
PIS (ii)	25	8	5.665	5.903
Outros impostos a recuperar	-	-	-	771
Total	824	984	128.613	124.328
Circulante	8	10	47	4.815
Não circulante	738	973	113.083	82.417

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou expectativa de recuperação de créditos no montante de R\$41.911 para os doze meses seguintes. No decorrer do exercício de 2021, tais montantes foram utilizados na compensação de passivos de PIS e COFINS no montante de R\$ 41.424. Adicionalmente ao longo de 2021 a Companhia gerou créditos decorrentes de depreciações de ativos imobilizados, aluguéis, insumos, órgãos públicos e importações no montante de R\$45.708. (ii) Dos montantes apresentados no consolidado, a controlada RAESA detém R\$78.000 de créditos do período de 2009 a 2020 de origem de saldos negativos de IRPJ e CSLL referentes a órgãos públicos e IRRF de aplicações financeiras, sendo R\$58.000 relativos a créditos de 2009 a 2015, os quais estão em processo administrativo na Receita Federal do Brasil para restituição e R\$20.000 relativos a créditos de 2016 a 2020 de órgãos públicos, os quais estão em PER/DICOMP, sendo utilizados conforme são apurados débitos no exercício. (iii) A Companhia em 2021 concluiu pelo registro contábil do débito tributário relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, período de 1/10/2014 a 2014, referendada pelos seus assessores legais, considerando todos os aspectos contratuais, regulatórios e jurídicos. Sendo assim, a controlada RAESA apurou o montante de contribuições a recuperar de R\$17.564, sendo R\$1.798 de PIS e R\$8.284 de COFINS, acrescidos de atualização pela SELIC até 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$8.553, tendo a expectativa de utilização destes valores em 02 anos. Os demais créditos apresentados referem-se a órgãos públicos, insumos e depreciação. A metodologia de utilização dos créditos segue critérios estabelecidos pela legislação vigente e a classificação de circulante e não circulante segue a expectativa de utilização pela Companhia com base nas projeções financeiras. A expectativa de realização do saldo de tributos a recuperar pode ser assim apresentada:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
2022	15.530	-
2023	15.000	-
A partir de 2024	98.082	-
Total	126.612	-

10. Partes relacionadas: 10.1. Remuneração de pessoal-chave da Administração:

O impacto no resultado da remuneração estabelecida aos Administradores da Companhia está apresentado na tabela a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Administradores (pró-labore)	2.164	1.997
Conselho de Administração e Fiscal	1.256	1.158
Total	3.420	3.155

10.2. Mútuo com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo a receber:				
Eólica Adm. e Part. Ltda. ("Eólica") (i)	95.949	95.949	95.949	95.949
Cia. "Energética" do Uruguai S.A. ("CEU") (ii)	19.256	19.256	19.256	19.256
2007 Participações S.A.	102	92	-	-
Biogenesi Energia S.A. ("Biogenesi Energia") (iii)(a)	278.323	278.323	278.323	278.323
Biogenesi Energia S.A. ("Biogenesi Energia") (iii)(b)	46.294	46.294	46.294	46.294
New Energy Options S.A. (vi)	13.619	18.263	-	-
Rio Amazonas Energia S.A. Central Energética Palmeiras S.A. ("Cepasa") (iv)	65.158	65.158	65.158	65.158
Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Pernambuco III")(v)	33.126	33.126	33.126	33.126
Total	551.827	556.547	538.106	538.106

Provisão para valor recuperável: (R\$ 722) (55.722) (55.722) (55.722) (55.722) Biogenesi Energia (30.104) (30.104) (30.104) (30.104) Outras empresas do Grupo (3.001) (3.001) (3.001) (3.001) Total (88.277) (88.277) (88.277) (88.277)

(i) Saldo relacionado a aumento de capital subscrito pela Eólica em 2013 com recursos da Companhia, cujo valor original de R\$45.000 foi atualizado pela SELIC até 2018. Tendo em vista que as partes assinaram um MOU, na busca de uma solução amistosa para a discussão acerca de referidos valores, a atualização pela SELIC foi suspensa. (ii) Saldo composto por AFACs realizadas pela Companhia nos períodos de 2011 a 2018, os quais, em decorrência do decurso do prazo para conversão de AFAC em capital, foram convertidos em mútuos, sendo o principal de R\$7.030, mais juros e IOF de R\$9.805. Estes incluídos no saldo dos valores de contrato de fruição de R\$2.037 e despesas a ratear entre os acionistas de R\$384. (iii) A composição dos valores registrados para a Biogenesi Energia S.A. são conforme segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
Assunção de dívida Pernambuco III (a)	144.676	144.676	-	-
Juros e IOF (a)	133.647	133.647	-	-
Assunção de dívida antigos sócios (b)	22.283	22.283	-	-
Juros e IOF (b)	24.011	24.011	-	-
Total	324.617	324.617	-	-

(a) No decorrer dos exercícios de 2012 e 2013, a Multiner S.A. enviou recursos financeiros para Pernambuco III, com garantia fidejussória de Biogenesi Energia S.A., os quais foram aplicados na construção da Usina Termelétrica Pernambuco III. Em 22 de março de 2013, a Biogenesi Energia S.A. assumiu a dívida da Usina Termelétrica Pernambuco III com a Companhia, de modo a viabilizar a captação de recurso via emissão de debêntures. Em 2015, a aplicação dos recursos foi objeto de auditoria por empresa especializada contratada pelo FIP Multiner que validou a destinação deles. Esse valor, acrescido de juros de 105% do CDI, deveria ter sido utilizado no momento da capitalização Mesa S.A., controlada indireta da Biogenesi Energia S.A., conforme cláusula 2.2.2.1 do 1º Aditivo ao Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, assinado em 14 de julho de 2014, desde que cumprida as condições prévias ali expostas. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes, estão em discussão na arbitragem instaurada em 19 de dezembro de 2017, submetida à Câmara CIESP conforme Nota Explicativa nº 1.1. Cabe destacar ainda que, sobre o montante, houve a incidência de imposto sobre Operação Financeira (IOF), os quais foram devidamente registrados e recolhidos. (a) e (b) Os montantes tiveram suas atualizações congeladas desde dezembro de 2017, conforme discussões arroladas no procedimento de arbitragem. (Nota Explicativa 1.1.) b) A parcela relacionada à assunção de dívida dos antigos sócios corresponde ao passivo assumido pela Biogenesi Energia S.A., o qual era devido anteriormente pelos antigos controladores da Multiner, quando da aquisição da participação acionária da Companhia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A. e Companhia de Investimento Resultado. (iv) Em setembro de 2014 a Companhia enviou R\$41.044 à Central Energética Palmeiras S.A "Cepasa" através de contrato de mútuos celebrado entre as partes com incidência de juros equivalente a 103% do CDI, os montantes foram atualizados até dezembro de 2017, conforme discussões no procedimento de arbitragem (Nota Explicativa 1.1.) (v) Recursos financeiros enviados pela Companhia para a Termelétrica Pernambuco III "Pill" entre os períodos de 2013 a 2015, para compra de óleo HFO e pagamento de serviços de operação e manutenção da usina. O valor está composto do principal de R\$21.000, acrescido de juros e IOF de R\$12.126. Esses montantes tiveram sua atualização suspensa em dezembro de 2017 conforme discussões no procedimento de arbitragem (Nota Explicativa 1.1.) (vi) Do montante apresentado, R\$12.999 são valores relativos a Cédulas de Certificados Bancários (CDBs), captado em 2007 com a Companhia, com taxa de juros de 9% a.a. A atualização foi congelada por acordo firmado entre os acionistas das partes a partir de 2013. Atualmente, a Companhia analisa a capacidade de caixa de sua controlada, considerando impacto na capacidade das atividades operacionais de sua controlada, sendo assim, para o ano de 2021, foi aprovado no orçamento o pagamento de R\$ 4.800 referente a esta CDBs.

Multiner S.A. - Companhia Aberta - CNPJ nº 08.935.054/0001-50

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo a pagar:				
Fundação (i)	14.067	14.067	14.067	14.067
Postais (i)	-	-	377.217	377.217
New Energy Options S.A.	-	1.696	-	-
Rio Amazonas Energia S.A. (ii)	12.723	9.704	-	-
Total	26.790	25.467	391.284	391.284
Circulante	14.067	14.067	391.284	391.284
Não Circulante	12.723	11.400	-	-

(i) Refere-se à obrigação de conversão da dívida em capital, conforme cláusula do Contrato de Reorganização. As obrigações previstas e não adimplidas pelas partes, estão em discussão no Procedimento Arbitral CMA 520 (vide Nota Explicativa nº 1.1). A partir de 20 de dezembro de 2017, o montante deixou de ser atualizado dentro das características de empréstimos e pagamentos acrescidos de juros equivalentes de 105% do CDI. Em 01 de fevereiro de 2022, foi proferida sentença no referido procedimento arbitral, dada a complexidade das questões decididas nessa extensa sentença, foram apresentados pelas partes pedidos de esclarecimentos. Desta forma, a Companhia aguarda uma decisão definitiva sobre as questões a serem, eventualmente, elucidada conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1. Os valores nos demonstrações financeiras não são corrigidos dado que a materialização destas dívidas em valor superior ao registrado não é considerada adequada na avaliação dos assessores jurídicos. (ii) A composição dos valores apresentados refere-se a transações de mútuos realizados, conforme aprovado na previsão orçamentária para o exercício de 2021. Tais transações possuem vigência máxima de dois anos e são remuneradas a 105% do CDI, conforme negociação específica entre as partes. c) **Reconhecimento de juros na demonstração do resultado:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Rio Amazonas Energia S.A.	(424)	(122)	-	-
Total	(424)	(122)	-	-

A Companhia deixou de remunerar as transações entre partes relacionadas referentes aos saldos ativos em aberto devido à não previsão de sua realização até a presente data, dado que tais saldos se encontram em processo de negociação. Contudo, resguarda o seu direito de pleitear a totalidade dos créditos que estão em discussão, inclusive os juros conforme previsão contratual, independentemente do seu tratamento contábil. A Companhia mantém provisão para perda ao valor recuperável equivalente às estimativas de perdas de créditos esperadas para parcela dos ativos em negociação e em processo de arbitragem, uma vez que seu desfecho é incerto. Estas estimativas são reavaliadas periodicamente pela Companhia para garantir que os impactos sejam apropriadamente refletidos em suas demonstrações financeiras. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu provisão para perda ao valor recuperável, no montante de R\$ 25.106, equivalente à diferença dos saldos ativos das empresas Biogenesi Energia S.A., Termelétrica Pernambuco III e Central Energética Palmeiras S.A. aos saldos passivos das CDBs conversíveis da Postais nas controladas NEO e RAESA e das Debêntures conversíveis Fundiáqua, já que não há previsão de efeito caixa, em discussão no Procedimento Arbitral CMA 520 instaurado para resoluções e entendimento de obrigações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1. Até o momento, a Companhia não vislumbra qualquer impacto financeiro com desembolso de caixa, tendo em vista que a totalidade do saldo de R\$ 391.294 das dívidas conversíveis (demonstrado na Nota Explicativa nº 20) deverá ser compensado com o saldo em aberto do crédito relativo aos mútuos assumidos pela Biogenesi Energia, da Pernambuco III e Central Energética Palmeiras S.A. aos saldos passivos das CDBs conversíveis da Postais nas controladas NEO e RAESA e das Debêntures conversíveis Fundiáqua (vide nota (i) item (a) acima). Desta forma, para efeito nas demonstrações financeiras, a Companhia está limitando o recebimento dos ativos aos passivos. A partir da tomada arbitral definitiva, será possível avaliar as medidas que devem ser decididas, para solucionar o Contrato de Reorganização e suas obrigações acessórias decorrentes das mesmas, bem como o reflexo nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, o saldo das transações junto à Eólica não foi remunerado no período devido a tratativas para fins de obter uma solução para as divergências que possuem em relação aos mútuos em aberto, originadas da capitalização da NEO, realizada pela Multiner em nome da Eólica, com fundamento na cláusula 11.3 do Acordo de Acionistas. Neste sentido, a Multiner e a Eólica, ambas acionistas e signatárias do Acordo de Acionistas da NEO, firmaram em 19 de dezembro de 2018 o Memorando de Entendimentos ("MDE Eólica") com prazo de 180 dias, adotado devido à necessidade de tempo para a conclusão da negociação. Tendo em vista que o prazo do MDE firmado junto à Eólica expirou, e que as tratativas de forma a buscar uma solução consensual não foram concluídas, a Companhia requereu em 08 de maio de 2020, o Procedimento Arbitral 146/2020 a fim de buscar uma solução para as divergências entre as partes. Contudo, em 06 de março de 2022, as partes (Multiner, Eólica e NEO) assinaram um Term Sheet através do qual estabeleceram um standstill, pelo período de 47 dias, se comprometendo, em conjunto, a suspender o procedimento arbitral e não notificar ou realizar ou iniciar qualquer novo procedimento judicial ou extrajudicial entre si até a conclusão da negociação dos termos. Não obstante essas informações, a Companhia mantém o recolhimento dos impostos incidentes para todas as transações entre as partes relacionadas, conforme legislação vigente. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia recebeu recursos da controlada NEO e da controlada indireta RAESA referentes ao contrato de rateio de despesas celebrado entre as partes. Os montantes recebidos contemplam a alocação de despesas de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, entre outros). O efeito das despesas reembolsadas no resultado da Companhia para o exercício de R\$ 12.62 (R\$ 9.773 em 31 de dezembro de 2020). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a controlada NEO efetuou pagamentos à Eólica Tecnologia Ltda. e ao Sr. Everaldo Feitosa, que são consideradas partes relacionadas à Companhia, no montante de R\$324. Os pagamentos efetuados referem-se a arrendamentos de terrenos onde estão instaladas parte dos aerogeradores e linha de transmissão do Parque Alegria I (RS204) e a prestação de serviços de manutenção e correção preventiva aplicada nas UEEs Alegria I e Alegria II (RS120).

11. Arrendamento: 11.1. Arrendamento financeiro - arrendador: Conforme descrito na Nota 4.1. A Administração da Companhia avaliou que o contrato de suprimento de energia, firmado com a Amazonas Geração e com a Transmissão de Energia S.A. ("Amazonas Energia" ou "Amazonas"), contém um arrendamento financeiro conforme os critérios contidos na norma contábil.

O arrendamento financeiro a receber, decorrente desse contrato, é remunerado pela taxa de retorno de 5,63% a.a., de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, líquidos dos impostos sobre faturamentos, descontados dos custos de construção das usinas. Os recebimentos mínimos futuros, atualizados pela variação anual de IGP-M, conforme previsão contratual, descontados pela taxa de retorno do arrendamento, são os seguintes:

	Consolidado		
	Valor futuro	Juros	Valor Presente
2022	149.308	(44.312)	104.997
2023-2024	275.645	(66.033)	209.612
2025 em diante	264.160	(63.475)	200.685
Em 31 de dezembro de 2021	689.113	(173.820)	515.293

Circulante 110.497
Não Circulante 404.296
Em 31 de dezembro de 2021 515.293
Circulante 80.378
Não Circulante 401.890
Em 31 de dezembro de 2020 482.268

Conforme descrito na nota 4.1 (iii), o saldo de arrendamento a receber é apresentado por seu valor original, acrescido da taxa de retorno de 5,63%, e deduzidos da parcela histórica dos valores recebidos ao longo do contrato, como segue:

	Consolidado		
	Valor futuro	Juros	Valor Presente
Arrendamento financeiro	42.053	(22.825)	19.228
2023-2024	84.105	(44.187)	39.918
2025 em diante	84.105	(38.254)	45.851
Em 31 de dezembro de 2021	210.263	(105.266)	104.997

Circulante 69
Não Circulante 85.729
Em 31 de dezembro de 2021 104.997
Circulante 20.537
Não Circulante 102.687
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (representado (nota 2.1)) 123.224

11.2. Arrendamento financeiro - arrendatário: A Companhia possui contratos de arrendamentos referente a locação de terrenos onde estão instalados os aerogeradores dos parques eólicos Alegria I e Alegria II e arrendamentos de móveis, equipamentos de informática e veículos. Os valores referentes ao reconhecimento inicial do direito de uso dos ativos arrendados e das obrigações assumidas para os contratos de arrendamento mercantil, e respectivas movimentações estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Direito de uso				
Saldo em 1º de janeiro de 2020	-	-	16.180	-
Adoção inicial	-	-	718	-
Amortização	(422)	(1.898)	-	-
Remensuração	(1.875)	1.465	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	496	16.475	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2021	496	16.475	-	-
Amortização	(314)	(1.946)	-	-
Remensuração	(76)	2.407	-	-
Saldo em 31 de dezembro 2021	106	16.936	-	-

Arrendamento a pagar
Saldo em 1º de janeiro de 2020 2.952 16.875
Adoção inicial 69 787
Variação monetária/juros 133 2.799
Pagamentos (498) (3.404)
Remensuração (2.084) 804
Saldo em 31 de dezembro de 2020 572 17.861
Saldo em 1º de janeiro de 2021 572 17.861
Variação monetária/juros 55 2.839
Pagamentos (529) (4.028)
Remensuração 33 3.024
Saldo em 31 de dezembro de 2021 131 19.688
Circulante 131 1.205
Não circulante - 1.883

Para determinação do valor justo dos contratos de arrendamentos de terrenos, aplicou-se a taxa de desconto de 17,27% a.a., considerando custo de capital de terceiros, ponderado pelo WACC regulatório do período. Adicionalmente, a Companhia considerou nos cálculos o prazo contratual, sendo em sua maioria, com término em 2030. Os pagamentos mínimos futuros compreendem os montantes devidos pela Companhia ao arrendador pela obrigação oriunda da transferência do direito de uso do ativo durante o prazo de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2021, são conforme segue:

	Controladora			Consolidado		
	Fluxo	Até	De 2	Fluxo	Até	De 2
	contratado	12 meses a	Mais de	contratado	12 meses a	Mais de
	31/12/2021	5 anos	5 anos	31/12/2021	12 meses a	5 anos
Passivo de arrendamento	131	131	-	131	131	-

continuação

30. Seguros (Não auditado): A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela Diretoria como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil e de administração inerente a suas atividades. Os valores segurados são contratados visando a proteção relacionada a possíveis perdas e danos a terceiros e ao patrimônio e referem-se ao total das apólices vigentes para reembolso em caso de sinistro. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante global segurado, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade está assim distribuído:

Cobertura	Controladora		Prêmio	
	Vigência	Importância	segurada	equivalente
Responsabilidade administração	02/06/2022	60.000	289	
Outros	19/06/2022	2.215	1	
		62.215	290	
Consolidado		Importância	Prêmio	
		segurada	equivalente	
Cobertura	Vigência			
Risco operacional	06/11/2022	583.951	5.366	
Responsabilidade administração	01/08/2022	80.000	301	
Responsabilidade civil	01/08/2022	20.000	7	
Outros	19/06/2022	2.215	1	
		686.166	5.675	

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não incluiu emissão de opinião ou conclusão sobre a suficiência da cobertura de seguros ao qual foi determinado pela Companhia, que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Diretoria da Companhia. Valor justo versus valor contábil: A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Ativos financeiros	Controladora		Prêmio	
	Valor	Contábil	Justo	Justo
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.954	1.954	1.355	1.355
Partes relacionadas (Nota 10.2)	463.000	463.000	467.720	467.720
Passivos financeiros		Valor	Contábil	Justo
Fornecedores (Nota 18)	1.024	1.024	98	98
Passivos de arrendamentos (Nota 11.2)	131	131	572	572
Partes relacionadas (Nota 10.2)	26.790	26.790	25.467	25.467
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	16.170	16.170	12.531	12.531
Consolidado		Valor	Contábil	Justo
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.954	1.954	1.355	1.355
Partes relacionadas (Nota 10.2)	463.000	463.000	467.720	467.720
Fornecedores (Nota 18)	1.024	1.024	98	98
Passivos de arrendamentos (Nota 11.2)	131	131	572	572
Partes relacionadas (Nota 10.2)	26.790	26.790	25.467	25.467
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	16.170	16.170	12.531	12.531
Consolidado		Valor	Contábil	Justo
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.954	1.954	1.355	1.355
Partes relacionadas (Nota 10.2)	463.000	463.000	467.720	467.720

Para todas as operações apresentadas na tabela acima, a Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que, para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Em relação aos financiamentos e debêntures, em decorrência de não cumprimento das cláusulas restritivas o montante de R\$ 770.831 encontram-se vencidas e o valor contábil reflete o valor justo. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2 - inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ativo circulante e não circulante	Controladora		Prêmio	
	Valor	Contábil	Justo	Justo
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	108.055	108.055	121.401	121.401
Contas a receber (Nota 7)	66.411	66.411	57.156	57.156
Partes relacionadas (Nota 10.2)	449.279	449.279	449.279	449.279
Fornecedores (Nota 18)	161.741	161.741	227.038	227.038
Passivos de arrendamentos (Nota 11.2)	19.696	19.696	17.861	17.861
Partes relacionadas (Nota 10.2)	391.284	391.284	391.284	391.284
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	1.473.577	1.473.577	1.411.437	1.411.437

Para todas as operações apresentadas na tabela acima, a Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que, para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Em relação aos financiamentos e debêntures, em decorrência de não cumprimento das cláusulas restritivas o montante de R\$ 770.831 encontram-se vencidas e o valor contábil reflete o valor justo. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2 - inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ativo circulante e não circulante	Controladora		Prêmio	
	Valor	Contábil	Justo	Justo
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.954	1.954	1.355	1.355
Partes relacionadas (Nota 10.2)	463.000	463.000	467.720	467.720

Diretoria
Ronan Nogueira Dias - Diretor Presidente
Rodrigo Marques França - Diretor sem designação específica com atribuições jurídicas e Diretor de Relações com Investidores

Conselho de Administração
Edeólio Alves Nunes Filho - Titular/Presidente
Rodrigo de Carvalho Pinto Bueno - Titular/Vice-Presidente
Chiara Sonego Bolognesi Gargano - Titular
Eduardo Mochiz de Carvalho e Miranda - Titular
Hegleyhnyzon Valério Marçal - Titular

Parecer do Conselho Fiscal
Claudia Almeida Santos - Titular
Fábio Antônio Pereira - Titular
Eduardo Georges Chehab - Titular
João Verner Juenemann - Titular
Paulo Euclides Bonzanini - Suplente

Controlador
Thiago José Martins D'Agostino - Controlador
CRC 1SP251416/O-0

Contador
João Verner Juenemann - Contador
CRC 1SP251416/O-0

Os membros do Conselho Fiscal da Multiner S.A., abaixo assinados, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, conforme previsto nos incisos II e VII, do artigo 163, da Lei 6.404/76, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, das contas e do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e levando em consideração os esclarecimentos prestados pela Administração e o relatório dos auditores independentes PwC, opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os documentos acima mencionados estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Claudia Almeida Santos
Conselheira

Fábio Antônio Pereira
Conselheiro

Eduardo Georges Chehab
Conselheiro

João Verner Juenemann
Conselheiro

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

contratos de dívidas, preponderantemente com os acionistas participantes do grupo econômico da Multiner S.A. (a Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Multiner S.A. e da Multiner S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota 1.4 das demonstrações financeiras, que indica que a Companhia apresenta passivo circulante individual e consolidado excedente ao total do ativo circulante individual e consolidado em R\$ 32.631 mil e R\$ 1.123.409 mil, respectivamente, prejuízos acumulados individual e consolidado no montante de R\$ 1.753.066 mil e patrimônio líquido (passivo a descoberto) individual e consolidado de R\$ 353.282 mil e R\$ 412.531 mil, respectivamente. Adicionalmente, a Nota 1.4 também indica que a Companhia está em negociações com os credores para realizar o reperfilamento das dívidas e equacionar sua estrutura de capital. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1, que trata da reorganização financeira da Companhia, a qual se encontra em processo de arbitragem e, portanto, sub judice, pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Ênfase - Operação Greenfield:** Chamamos a atenção para a Nota 1.3 às demonstrações financeiras, que informa que os investimentos indiretos mantidos na Companhia por determinados fundos de pensão são objeto de investigação conduzida pelas autoridades públicas, em decorrência da operação denominada "Greenfield". Na mesma nota, a Companhia informa que realizou investigação independente sobre o tema, conduzida por empresa especializada, e tem cumprido as condições estabelecidas pelas autoridades públicas. Considerando que a referida investigação ainda está em andamento, não é possível prever seus desdobramentos, nem seus eventuais efeitos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos nas seções "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional" e "Ênfase - Operação Greenfield", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Porque é um PAA - Contrato de Reorganização e de Financiamento: Conforme divulgado na Nota 1.1 às demonstrações financeiras, os acionistas da Companhia, firmaram em 28 de março de 2012, o Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner ("Contrato de Reorganização"), com o objetivo de viabilizar a continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Determinadas obrigações assumidas pelas partes não foram adimplidas e, em decorrência, foi instaurada uma arbitragem em 19 de dezembro de 2017 na Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo ("Arbitragem"). Ainda, conforme mencionado nas Notas 1.2 e 20 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas possuem

Multiner S.A. - Companhia Aberta - CNPJ nº 08.935.054/0001-50

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Instrumentos financeiros passivos	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	Cenário I (-50%)	Cenário II (+50%)
Variação do índice	13,06%	19,58%	13,06%	19,58%
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)	16.170	12.531	12.112	9.571
Exposição	2.112	3.166	4.222	5.278
			26,11%	32,64%
			21,12%	39,17%

Instrumentos financeiros passivos
Variação do índice
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)
Exposição

Instrumentos financeiros passivos	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	Cenário I (-50%)	Cenário II (+50%)
Variação do índice	13,06%	19,58%	13,06%	19,58%
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)	1.473.577	1.253.1	1.092.449	819.720
Exposição	192.449	288.526	384.751	480.976
			26,11%	32,64%
			21,12%	39,17%

Instrumentos financeiros passivos
Variação do índice
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)
Exposição

Instrumentos financeiros passivos	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	Cenário I (-50%)	Cenário II (+50%)
Variação do índice	13,06%	19,58%	13,06%	19,58%
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)	1.473.577	1.253.1	1.092.449	819.720
Exposição	192.449	288.526	384.751	480.976
			26,11%	32,64%
			21,12%	39,17%

Instrumentos financeiros passivos
Variação do índice
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)
Exposição

Instrumentos financeiros passivos	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	Cenário I (-50%)	Cenário II (+50%)
Variação do índice	13,06%	19,58%	13,06%	19,58%
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)	1.473.577	1.253.1	1.092.449	819.720
Exposição	192.449	288.526	384.751	480.976
			26,11%	32,64%
			21,12%	39,17%

Instrumentos financeiros passivos
Variação do índice
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)
Exposição

Instrumentos financeiros passivos	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	Cenário I (-50%)	Cenário II (+50%)
Variação do índice	13,06%	19,58%	13,06%	19,58%
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)	1.473.577	1.253.1	1.092.449	819.720
Exposição	192.449	288.526	384.751	480.976
			26,11%	32,64%
			21,12%	39,17%

Instrumentos financeiros passivos
Variação do índice
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)
Exposição

Instrumentos financeiros passivos	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	Cenário I (-50%)	Cenário II (+50%)
Variação do índice	13,06%	19,58%	13,06%	19,58%
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)	1.473.577	1.253.1	1.092.449	819.720
Exposição	192.449	288.526	384.751	480.976
			26,11%	32,64%
			21,12%	39,17%

Instrumentos financeiros passivos
Variação do índice
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)
Exposição

Instrumentos financeiros passivos	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	Cenário I (-50%)	Cenário II (+50%)
Variação do índice	13,06%	19,58%	13,06%	19,58%
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)	1.473.577	1.253.1	1.092.449	819.720
Exposição	192.449	288.526	384.751	480.976
			26,11%	32,64%
			21,12%	39,17%

Instrumentos financeiros passivos
Variação do índice
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)
Exposição

Instrumentos financeiros passivos	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	Cenário I (-50%)	Cenário II (+50%)
Variação do índice	13,06%	19,58%	13,06%	19,58%
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)	1.473.577	1.253.1	1.092.449	819.720
Exposição	192.449	288.526	384.751	480.976
			26,11%	32,64%
			21,12%	39,17%

Instrumentos financeiros passivos
Variação do índice
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)
Exposição

Instrumentos financeiros passivos	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	Cenário I (-50%)	Cenário II (+50%)
Variação do índice	13,06%	19,58%	13,06%	19,58%
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)	1.473.577	1.253.1	1.092.449	819.720
Exposição	192.449	288.526	384.751	480.976
			26,11%	32,64%
			21,12%	39,17%

Instrumentos financeiros passivos
Variação do índice
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)
Exposição

Instrumentos financeiros passivos	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	Cenário I (-50%)	Cenário II (+50%)
Variação do índice	13,06%	19,58%	13,06%	19,58%
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)	1.473.577	1.253.1	1.092.449	819.720
Exposição	192.449	288.526	384.751	480.976
			26,11%	32,64%
			21,12%	39,17%

Instrumentos financeiros passivos
Variação do índice
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)
Exposição

Instrumentos financeiros passivos	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	Cenário I (-50%)	Cenário II (+50%)
Variação do índice	13,06%	19,58%	13,06%	19,58%
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)	1.473.577	1.253.1	1.092.449	819.720
Exposição	192.449	288.526	384.751	480.976
			26,11%	32,64%
			21,12%	39,17%

Instrumentos financeiros passivos
Variação do índice
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)
Exposição

Instrumentos financeiros passivos	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	Cenário I (-50%)	Cenário II (+50%)
Variação do índice	13,06%	19,58%		